

# A PESCA ARTESANAL E SUA PRÁTICA (IN)SUSTENTÁVEL NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS, BAHIA, BRASIL<sup>1</sup>

AVANCE DE INVESTIGACIÓN EM CURSO

GRUPO DE TRABAJO Nº 15

Aniram Lins Cavalcante<sup>2</sup>  
Mônica de Moura Pires<sup>3</sup>  
Salvador Dal Pozzo Trevisan<sup>4</sup>  
Jhader Cerqueira do Carmo<sup>5</sup>  
Abel Rebouças São José<sup>6</sup>

## Resumo

Este trabalho analisa a sustentabilidade da prática da pesca nas comunidades da RESEX. A pesquisa foi realizada de novembro de 2011 a janeiro de 2013. Muitas das práticas pesqueiras adotadas pelos pescadores e marisqueiras são insustentáveis e poderão levar à extinção das espécies e ao desaparecimento da principal fonte de renda local. Observa-se que a sustentabilidade da RESEX está em risco, em função de práticas inadequadas. Equacionar o manejo com a sobrevivência das famílias deve-se constituir em parte indissociável das políticas ambientais, pois do ponto de vista dos indivíduos que lá residem, a prioridade é a sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, atividade pesqueira, conservação, preservação, sobrevivência.

## 1 Introdução

A pesca artesanal no Brasil é uma atividade importante sob o ponto de vista econômico e social, sendo que mais de 60% da pesca no território nacional são oriundas desse tipo de atividade, equivalendo a 500 mil toneladas/ano e envolvendo cerca de 600 mil famílias de pescadores (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2010). Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2012 foi lançado o “Plano Safra da Pesca”, com investimentos previstos de R\$ 4,1 bilhões até 2014, com a finalidade de duplicar a produção de pescado no Brasil, e atingir 2 milhões de toneladas/ano. No Estado da Bahia, dados da Bahia Pesca (2010) revelam que a pesca é majoritariamente artesanal e de subsistência, caracterizando-se pelo uso de equipamentos e técnicas relativamente simples, explorando ambientes próximos à costa e a áreas ribeirinhas.

---

<sup>1</sup> Resultados preliminares do Projeto Fortalecimento de grupos produtivos rurais de comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, sob uma perspectiva de sustentabilidade, financiado pela FAPESB.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Rede PRODEMA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: anyranlyns@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Professora Pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: mpirez@uesc.br.

<sup>4</sup> Professor Pleno do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: salvador@uesc.br.

<sup>5</sup> Graduando em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil, bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: jhadercerqueira@hotmail.com.

<sup>6</sup> Professor Pleno do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: abeljose3@gmail.com.

Os recursos pesqueiros enquadram-se na categoria de recursos naturais renováveis de uso comum, são considerados bens livres, em que cada usuário, atual ou potencial, é capaz de subtrair do acervo que pertence a todos os demais. No entanto, exclusão (ou o controle do acesso) de outros usuários constitui-se em um problema e muitas vezes pode ser necessária a fim de não levar o recurso à extinção. Diante desse contexto, a gestão adequada patrimonial de recursos pesqueiros constitui-se em um dos grandes desafios na definição do uso adequado de recursos naturais de acesso livre, especialmente no que diz respeito à definição de regulação das modalidades possíveis de apropriação e uso (tecnologias, volume de capturas), em função das características ecossistêmicas (Rebouças, Filardi, Vieira, 2006). A literatura disponível indica que, aproximadamente, 70% dos estoques considerados mais importantes para a economia pesqueira vêm sendo sobexplorados nas últimas décadas. E, que desde a década de 1970, a captura permanece estagnada, apesar da intensificação do esforço de pesca em certas áreas e, dos esforços voltados para a integração da pesca com outros setores econômicos (agrícola, agro-industrial, industrial, turístico, portuário, de transportes), em prol do desenvolvimento das comunidades de pescadores artesanais (Rebouças, Filardi, Vieira, 2006). A pesca artesanal, geralmente está submetida a precárias condições de trabalho que, por sua vez, representam riscos à sustentabilidade da atividade. Práticas de pesca inadequadas ameaçam a reprodução das espécies, revelando insustentabilidade econômica e social de comunidades que sobrevivem da pesca artesanal. Portanto, conhecer o nível de sustentabilidade ambiental das comunidades que vivem da pesca artesanal, torna-se o ponto de partida para a definição de políticas e práticas direcionadas a intervir nos aspectos frágeis em que se encontram essas comunidades, especialmente na sustentabilidade da organização produtiva, da organização social e dos componentes naturais onde se situam as comunidades.

Este trabalho tem como foco a Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX) que é uma unidade de conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Localiza-se no sul da Bahia, nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, sendo 83% da área na parte oceânica, 12% de restinga e manguezais, e o restante (menos de 5%) de terra firme. A criação dessa RESEX teve como objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Dessa forma, pretendeu-se com a RESEX assegurar a continuidade da atividade para as comunidades, dada sua grande importância para a economia regional das localidades a ela pertencentes. A partir dessas questões buscou-se analisar o nível de sustentabilidade da prática da pesca para as comunidades da RESEX a partir do conhecimento das práticas empregadas e da renda gerada nessa atividade

## **2 Procedimentos Metodológicos**

Neste trabalho o conceito de sustentabilidade é baseado na definição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1991), em que o desenvolvimento, analisado sob a ótica sustentável, deve satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Nesse sentido, as principais diretrizes para se alcançar um efetivo desenvolvimento sustentável estão na limitação do crescimento populacional; garantia de alimentação em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; estimular políticas macroeconômicas mais favoráveis ao meio ambiente (Ribeiro, 2006).

Além dessas diretrizes o autor relaciona como fatores importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável à ação dos meios de comunicação no sentido de divulgação de matérias ambientais ou

correlatas; estudar e refazer a política indígena para que os “povos da floresta” possam viver em seus ambientes naturais, sem que sejam afetados ou desrespeitados em sua dignidade, bem como respeitada a sua cultura e; desenvolver o turismo ecológico com visitas monitoradas às áreas naturais, incentivando a atividade privada na criação de projetos conservacionistas neste sentido.

## **2.1. Delimitação, levantamento dos dados e caracterização da área de estudo**

A RESEX de Canavieiras é considerada reserva marinha uma subcategoria da Reserva Extrativista. A RESEX é uma unidade de conservação federal gerida pelo ICMBio, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O município de Canavieiras está localizado na região econômica do Litoral Sul, com área total de 1.381 km<sup>2</sup> com 390 ha de área urbana, distante de Salvador cerca de 600 km. A posição geográfica de Canavieiras tem as seguintes coordenadas: latitude Sul 15°40'40" e longitude Oeste de Greenwich 38°56'56", altitude de 4 metros acima do nível do mar, conforme dados do IBGE (2010). e Figura 1. Canavieiras possui uma população de cerca de 30 mil habitantes, sendo que a maior parte, 25 mil, residem na zona urbana e cerca de 6 mil na zona rural. Sua economia é pautada principalmente na agricultura, no turismo, no setor de serviços e no extrativismo pesqueiro (Plano de Manejo Participativo RESEX Canavieiras elaborado pelo Pangea, 2007). O estudo abrange as comunidades de Campinhos e Barra Velha do município de Canavieiras.

Foram feitas 50 entrevistas junto a pescadores e marisqueiras das comunidades de Campinhos e Barra Velha. O procedimento amostral adotado foi não probabilístico, intencional e por exaustão, em que se buscou identificar as peculiaridades de cada comunidade e também tomando como referência os líderes das comunidades, presidentes das associações, participantes da rede de mulheres dentre outros. O período de coleta de dados foi de novembro de 2011 a janeiro de 2013.

A comunidade de Campinhos dista da cidade de Canavieiras cerca de 8,3 km. Para ter acesso a essa localidade, se utiliza de transporte hidroviário (lanchas), percorrendo braços de mar, riachos e rios. A principal atividade econômica dos moradores é a pesca e a captura de crustáceos e moluscos por pescadores e marisqueiras. Essa comunidade é uma das maiores em extensão territorial e engloba outras duas comunidades: Laranjeiras e Jacaré, fazendo divisa com a comunidade de Peso, pertencente ao município de Belmonte. Em função da dimensão territorial de Campinhos e das distâncias entre uma residência e outra dos moradores, levou-se maior tempo para a realização da pesquisa. Nessa comunidade existem 130 famílias, das quais, mais da metade é formada por pescadores e marisqueiras e o restante de agricultores. Dessas, 34 famílias foram entrevistadas.

A comunidade de Barra Velha foi o local das primeiras manifestações para a criação da RESEX de Canavieiras. As entrevistas nessa localidade duraram em torno de duas horas por entrevistado, maior tempo de entrevista. Isso ocorreu, porque há conflitos entre moradores que apóiam a RESEX e outros que são contra. Nessa comunidade, há também conflitos sobre a posse da terra, em função de vários embargos à construção de hotéis. Das 30 famílias residentes, 21 são de pescadores, desse total, 16 famílias foram entrevistadas.

A comunidade tem atividades agrícolas como cultivos de coco e dendê. O fruto do coqueiro é vendido sob a forma “in natura” (água de coco), coco seco e extraem o óleo do coco.

A pesca nessa comunidade é realizada nas áreas de manguezais e estuário no riacho da Barra Velha. Segundo o Plano de Manejo Participativo RESEX Canavieiras elaborado pelo Pangea, 2007, essa macro área está subdividida em 23 áreas de pescas, com nomes diferentes dados pela comunidade. O uso desse estuário está associado à extração tradicional do camarão branco e a utilização de outros recursos do manguezal como a captura de crustáceos e mariscos.

Todas as entrevistadas foram tabuladas em planilha de excel e, posteriormente, submetidas às análises de estatística descritiva com o uso do programa estatístico SPSS.

### 3 Resultados e discussão

De acordo com a pesquisa, das 50 famílias entrevistadas 34 pertencem à comunidade de Campinhos e 16 da comunidade de Barra Velha. A comunidade de Campinhos é mais populosa que de Barra Velha, o que levou a essa diferença no número de entrevistados. Nessas comunidades a maioria cerca de 80% é do sexo feminino (Tabela 1), o que revela a forte influência das mulheres nessas comunidades, principalmente após a criação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia, em 2009. Mesmo existindo há pouco tempo, essa Rede possibilitou reduzir a violência doméstica, aumentar a conscientização por uma gestão mais sustentável dos recursos naturais disponíveis, possibilitando também o empoderamento feminino. Constatou-se, também, que cerca de 90% dos entrevistados possuem baixo nível de escolaridade. Tal indicador remonta a ideia do longo percurso que essas comunidades deverão trilhar a fim de alcançar um desenvolvimento com base na sustentabilidade.

Tabela 1 - Nível educacional e o sexo nas comunidades de Campinhos e Barra Velha, Canavieiras, Bahia, Brasil, 2013

Comunidade	Escolaridade	Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
<b>Campinhos</b>	Sem instrução	9	5	<b>14</b>
	Ensino Fundamental incompleto	2	0	<b>2</b>
	Ensino Fundamental completo	13	3	<b>16</b>
	Ensino Médio incompleto	0	0	<b>0</b>
	Ensino Médio completo	0	1	<b>1</b>
	Ensino superior incompleto	0	0	<b>0</b>
	Ensino superior completo	0	1	<b>1</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>25</b>	<b>9</b>
<b>Barra Velha</b>	Sem instrução	1	0	<b>1</b>
	Ensino Fundamental incompleto	1	0	<b>1</b>
	Ensino Fundamental completo	9	2	<b>11</b>
	Ensino Médio incompleto	0	0	<b>0</b>
	Ensino Médio completo	1	1	<b>2</b>
	Ensino superior incompleto	0	0	<b>0</b>
	Ensino superior completo	1	0	<b>1</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>13</b>	<b>3</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se constatar, conforme Tabela 2, que há relação entre número de filho e nível de instrução das famílias. Verifica-se que quanto menor é o nível educacional das famílias maior é o número de filhos, sendo que mais de 80% delas possuem mais de 2 filhos. Dentre o total de entrevistados apenas um cursava nível superior, era mulher, não possuía filhos e é moradora da comunidade de Barra Velha. O curso de graduação é Gestão Ambiental, sendo custeado pela Associação Mãe dos Extrativista da RESEX de Canavieiras – AMEX.

Tabela 2 – Nível de escolaridade em relação ao número de filhos nas Comunidades de Campinhos e Barra Velha, Canavieiras, Bahia, Brasil, 2013

Comunidade	Escolaridade	Número de filhos				Total
		0	1	2 a 4	> 5	
<b>Campinhos</b>	Sem instrução	0	1	7	6	<b>14</b>
	Ensino F. incompleto	0	0	2	0	<b>2</b>
	Ensino Fundamental completo	0	1	7	8	<b>16</b>
	Ensino Médio incompleto	0	0	0	1	<b>1</b>
	Ensino Médio completo	0	1	0	0	<b>0</b>
	Ensino superior incompleto	0	0	0	0	<b>0</b>
	Ensino superior completo	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>34</b>
<b>Barra Velha</b>	Sem instrução	0	0	0	0	<b>1</b>
	Ensino F. incompleto	0	0	0	1	<b>1</b>
	Ensino Fundamental completo	0	3	6	2	<b>11</b>
	Ensino Médio incompleto	0	0	0	0	<b>0</b>
	Ensino Médio completo	0	1	0	0	<b>2</b>
	Ensino superior incompleto	1	0	0	0	<b>0</b>
	Ensino superior completo	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>16</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Essa realidade mostra a dificuldade que as famílias possuem em obter um nível educacional maior, evidenciando a pouca mobilidade social das comunidades pesqueiras de Canavieiras, em função do escasso acesso à educação. Na comunidade de Campinhos, existe apenas uma escola que oferece o ensino fundamental, e após essa etapa, as crianças têm que se deslocar para a sede do município para que possam concluir o ensino médio. Acrescente-se a isso, a falta de professores devido à logística de deslocamento para as comunidades, pois esse é feito por lanchas ou balsas. Na comunidade de Barra Velha a única escola que existia foi desativada, levando as famílias a saírem da comunidade e irem morar na periferia de Canavieiras para que seus filhos, em idade escolar, pudessem ter acesso à educação. Todos esses fatos geram elevado índice de evasão escolar e analfabetismo nas comunidades pesqueiras da RESEX. A continuidade desse cenário provoca cria restrições e limites à ocupação de postos de trabalho no mercado, além de influenciar na sustentabilidade da atividade local ao interferir nas possibilidades de agregação de valor aos produtos explorados.

Em relação à infraestrutura procurou-se identificar o bem-estar da população local a partir da disponibilidade de serviços como água, energia, saneamento básico etc., destinados às comunidades

locais. Assim, na ausência de uma infraestrutura básica as famílias se sentiam impelidas a migrarem para a sede do município ou outra localidade mais próxima, a fim de melhorar o bem estar.

Nas comunidades pesquisadas não há oferta de serviços como fornecimento de água potável. Assim, os moradores abrem poços artesianos para captar água, e essa é utilizada em todas as necessidades domésticas. Esses poços estão localizados nos quintais de suas casas, e, muitas vezes, próximos às fossas, afetando a qualidade da água desses locais, afetando a saúde das famílias. Em relação ao serviço de energia, apenas a comunidade de Campinhos há seu fornecimento, enquanto na comunidade de Barra Velha, há o fornecimento de energia solar, porém de forma inadequada, pois as baterias são repostas com muita dificuldade ou até mesmo não há reposição, levando-os a usarem esse serviço sem uma continuidade necessária, tanto para uso doméstico como também para armazenar os pescados. Em relação ao saneamento básico, não há nas comunidades pesquisadas qualquer tipo de rede de coleta de esgotos (Tabela 3), sendo que os resíduos gerados são descartados sem qualquer tipo de tratamento e diretamente nos rios. No Brasil, apenas 33,5% dos domicílios são atendidos por rede geral de esgoto, sendo que na região norte esse percentual é de apenas 2,4% dos domicílios atendidos (IBGE, 2010). Esses números demonstram que a infraestrutura necessita ser expandida para todo o território nacional e permitir qualidade de vida e bem estar à população local. Em relação às áreas pesquisadas, observa-se que tal condição ocasiona diversos problemas, sejam à saúde do pescador e sua família, como também na higiene e conservação do pescado.

Tabela 3 – Infraestrutura nas comunidades de Campinhos e Barra Velha, Canavieiras, Bahia, Brasil, 2013

Comunidade	Energia elétrica		Saneamento básico		Água potável	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Campinhos	34	0	0	34	0	34
Barra velha	0	16	0	16	0	16
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao aspecto econômico a grande maioria dos moradores das comunidades, mais de 80% dos entrevistados, tem na exploração da pesca sua principal e única fonte de renda (Figura 1). O percentual restante possui outras ocupações remuneradas, são os “bicos”, dentre as quais pequenos cultivos e venda, principalmente, de cosméticos. Na pesquisa de campo constatou-se que na comunidade de Barra Velha existe um número relevante de famílias que sobrevive da aposentadoria dos seus matriarcas. Além disso, nos últimos anos os programas sociais do governo federal deu acesso a benefícios como bolsa escola criado em 2001, programa de transferência de recurso para a manutenção das crianças nas escolas, sendo que as crianças deveriam ter uma frequência em sala de aula de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00. Mais recentemente esse programa foi incluído no bolsa família que visa auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Há também benefícios diretos à atividade como o seguro defeso que é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, com o auxílio eventual de parceiros, e que tem suas atividades paralisadas no período de reprodução do pescado (MDS, 2013), como camarão e robalo, por exemplo, que são espécies comuns nas comunidades em que se realizou este trabalho.

Em 2011 foi criado pelo governo federal a bolsa verde, e segundo o Ministério do Meio Ambiente (2013), espera-se que esse benefício atinja cerca 15 mil famílias que vivem em situação de extrema pobreza e desenvolvem atividades sustentáveis. Para complementar a renda dessas famílias passariam a receber a cada três trimestre o montante de R\$300,00, como parte do Plano Brasil Sem Miséria. Assim, esse novo benefício passa a ser um complemento do Bolsa Família para aqueles que moram em

Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o que significa um total de 30 unidades de conservação sob a gestão de Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

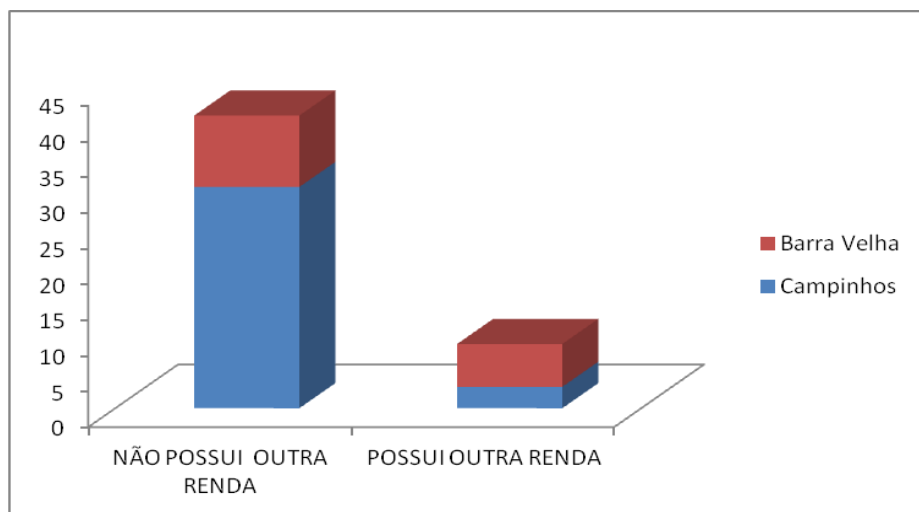


Figura 1 – Fontes de renda dos pescadores e marisqueiras das Comunidades de Campinhos e Barra Velha, Canavieiras, 2013.

**Fonte: dados da pesquisa.**

De acordo com os dados levantados, os moradores entrevistados das comunidades pesquisadas têm interesse na adoção de alternativas de trabalho que propiciem melhoria na qualidade dos pescados e gerem renda adicional.

#### 4 Considerações Finais

A pesquisa revelou que a falta de acesso à educação constitui-se em entrave à mobilidade social da comunidade pesqueira local. Em certa medida, as famílias têm buscado trabalhar de forma solidária, mesmo na presença de conflitos e divergências. Assim, criaram nessas comunidades associações de pescadores e a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia, para criar lideranças locais e multiplicadores de conhecimento.

Nas comunidades pesquisadas há pouca oferta de trabalho e emprego para a população jovem, e normalmente essa oferta está no setor de serviços (comércio). No entanto, os postos de trabalho são insuficientes para absorver o potencial da população economicamente ativa.

Pode-se perceber que as mulheres da RESEX dão início a uma nova discussão sobre uma perspectiva mais sustentável em consonância com os valores presentes na justiça social da economia solidária desta unidade de conservação, com a valorização substancial do trabalho humano, independente das constatações diferenciadas pelo gênero. Muito trabalho nesse sentido ainda deve ser executado, já que à proporção que homens e mulheres aprendem a lidar com suas diferenças, consolidam uma relação interpessoal mais sustentável, e um melhor ambiente de convivência. Sob esse novo olhar de sustentabilidade e justiça social, a interação com a virtude da equidade se desenrolará positivamente no sistema homem-mulher – pescador-pescadora, pescador-marisqueira, etc. – e igualmente, entre todos os integrantes da RESEX/Canavieiras e o meio ambiente de sua abrangência – manguezal e estuário.

Destarte, imprimir à pesca local características sustentáveis, podem acrescentar à economia local maior renda agregada aos produtos gerados na atividade pesqueira artesanal. Mesmo sob condições artesanais, muitos dos manejos presentes necessitam se adequar a critérios de sustentabilidade ambiental, a exemplo de que não torná-la um recurso natural não renovável com a sobrepesca.

Sob o ponto de vista socioeconômico, o grande número de analfabetos entre a população das comunidades da RESEX, indica limitações à mobilidade social e funcional. A prevalência desse cenário no longo prazo, torna-se pouco sustentável economicamente para as comunidades. Assim, reconhece-se que a atividade econômica extrativista deve reconhecer e aceitar a existência dos limites biofísicos da biosfera, procurando harmonizar ecologia e economia com os princípios da natureza, a fim de que seja sustentável ambiental e economicamente.

## Referências

Bahia Pesca, Pesca Artesanal. 2010. Recuperado em el 22 septiembre de 2010 [www.bahiapesca.ba.gov.br/pesca-artesanal](http://www.bahiapesca.ba.gov.br/pesca-artesanal)

Binswanger, C. H. (1997). Fazendo a sustentabilidade funcionar. Cavalcanti, C. (org). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, p. 41-55.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1991) Citado por Goulet, D. In: *Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável*. In: Cavalcanti, C. (org). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, p. 72-73.

Cavalcanti, C. (2004) *Uma tentativa de caracterização da economia ecológica*, São Paulo, SP, Brasil.

Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ( 1992), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

BRASIL. Congresso Nacional Senado Federal. *Agenda 21*. Brasília, DF, Brasil: Senado Federal. 2003. Recuperado el 20 septiembre de 2010 de [www.creaweb.creapr.org.br/WebCrea/biblioteca\\_virtual/downloads/Relatorio\\_Agenda%2021.pdf](http://www.creaweb.creapr.org.br/WebCrea/biblioteca_virtual/downloads/Relatorio_Agenda%2021.pdf).

Constanza, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. (1994) . *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável* (May, P. H. & Motta, R. S.). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Ed. Campus, p. 111-144.

Daly, H. Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. In: Cavalcanti, (1997) C. (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, pp. 179-192.

Gomes, M. L.; Marcelino, M M.; Espada, M. *Proposta Para Um Sistema De Indicadores De Desenvolvimento Sustentável*, 2006. Recuperado el 25 septiembre de [www.apambiente.pt/Instrumentos/sids/Documents/SIDS%202000/sids\\_pdf\\_2000.pdf](http://www.apambiente.pt/Instrumentos/sids/Documents/SIDS%202000/sids_pdf_2000.pdf)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, (2010). Recuperado em 2 jun. 2011 de [www.ibge.gov.br/cidade st/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidade_st/default.php).



Instituto Genesis. *A Certificação Florestal e o Instituto Genesis*, (2006). Recuperado em 2 jun. 2011 de [www.institutogenesis.org.br/internas/certificacao/c\\_florestal.asp](http://www.institutogenesis.org.br/internas/certificacao/c_florestal.asp).

Louette, A. *Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações*(2007). São Paulo: WHH – Willis Harman House.

Ministério da pesca e aquicultura. *Pesca Artesanal*, 2010. Recuperado em 10 set. 2010 de [www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal](http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome- MDS, 2013. Recuperado em 01 ago. 2013 de [www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)

Ministério do Meio Ambiente – MMA, Recuperado em 01 ago. 2013 de [www.mma.gov.br/component/search/?searchword=bolsa%20verde&searchphrase=all&Itemid=2](http://www.mma.gov.br/component/search/?searchword=bolsa%20verde&searchphrase=all&Itemid=2).

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2003). *OECD Environmental Indicators: development, measurement and use – reference paper*. OECD Publishing.

PANGEA. *Centro de Estudos Socioambientais: Plano de Manejo Participativo PMD da Reserva Extrativista de Canavieiras*. Canavieiras-BA.

Ribeiro, A. S.S. *Desenvolvimento Sustentável*, 2006. Recuperado em 10 set. de [www.home/projetos/desenvolvimento.sustentável](http://www.home/projetos/desenvolvimento.sustentavel).

Rebouças, G N. M.; Filardi, A L.; Vieira, P F. (2006). *Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina*.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Pesca Artesanal, (2010). Recuperado em 10 set. 2011 de [www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal](http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal)